



RECONCEITUALIZANDO A IDÉIA DE CULTURA EM GEOGRAFIA:

uma resposta a Don Mitchell

■ JAMES DUNCAN E NANCY DUNCAN*

● artigo de Don Mitchell (1995) deveria ser visto como uma elaboração e um refinamento valiosos do conceito de cultura na "nova Geografia cultural". É uma declaração precisa dos perigos de reificar a cultura por parte de geógrafos que podem ser tentados a usá-la como uma variável explanatória, em vez de estudar como a categoria da cultura funciona na prática. Em outras palavras, como geógrafos, deveríamos estudar a reificação da cultura em vez de nós mesmos reificarmos o conceito de cultura.

Mitchell apresenta seu artigo como uma crítica aos estudos dos "novos geógrafos culturais" por assumirem que a cultura tem status ontológico. Desejamos fazer dois comentários com referência a este objetivo. Primeiro, afirmaríamos que os novos geógrafos culturais realmente fazem reivindicações ontológicas para a cultura e o mesmo faz Mitchell. Ele declara que a *idéia* de cultura foi desenvolvida por atores sociais "como um meio de tentar ordenar, controlar e definir os 'outros'" (ibid). Ao dizer isto, ele dá à cultura status ontológico. O problema é que Mitchell falha em reconhecer isto porque aparentemente deseja separar idéias num domínio distinto da prática material, como se, de certa forma, não fosse ple-

namente real. Contudo, se ele adotasse uma posição realista, como o fazem muitos outros marxistas, seria desnecessário ver idéias como não sendo plenamente reais. A adoção de uma postura realista com referência ao status ontológico das idéias é compatível com o materialismo histórico e evita a distinção inútil entre idéias (ou textos) e realidades (ver Walton, 1995). Como mostra o próprio Mitchell, idéias são reais e são reais em suas conseqüências. Por exemplo, ele diz que "raça" não é uma categoria científica legítima, mas que o racismo certamente existe. Os racistas desdobram a categoria "raça" e conseqüências muito reais resultam disto. O mesmo ocorre com a cultura. Como diz Mitchell, a idéia de cultura é uma maneira de ordenar o mundo com inúmeras conseqüências em termos de dividir pessoas e delinear as atividades em entidades estáveis que podem reforçar as relações de poder. A cultura é, na verdade, "uma imposição social" (ibid), mas isto não significa que não seja real. Muitos dos seus efeitos são prejudiciais, como na "limpeza" étnica. Assim, podemos ver que Mitchell dá status ontológico à idéia da cultura e não há razão pela qual não devesse fazê-lo. Isto não é absolutamente a mesma coisa que reificar a cultura, transforman-

do-a em uma entidade desconhecida supraorgânica, com poderes causais autônomos. É importante distinguir entre status ontológico e reificação.

Segundo, achamos que há um deslize no artigo de Mitchell, sob outros aspectos bem argumentado. Ocasionalmente, ele deixa de fazer justiça à posição de outros geógrafos culturais introduzindo um passo não existente na lógica deles. Daremos dois exemplos, voltando depois à crítica de Mitchell sobre *The city as text* (Duncan, 1990).

Primeiro, Mitchell (1995) sugere que, com a chamada "mudança cultural" na geografia, houve um "afastamento das explanações economicistas". De algum modo, ele conclui que isto significa que os geógrafos culturais pensam que

'a cultura' explica ações, comportamento, resistência ou formações sociais de uma maneira que a 'economia' ou a 'política' não podem explicar" (ibid).

É difícil ver lógica nisso. Explanações economicistas e econômicas não são a mesma coisa. Afastar-se de explanações economicistas certamente não é rejeitar a análise econômica ou política como não sendo válida, bem ao contrário. Enfocar aspectos culturais ou discursivos de vários fenômenos é uma questão de escolher um tópico de interesse ou especialização. Decididamente, não é privilegiar teoricamente aspectos culturais em relação a aspectos políticos e econômicos. De qualquer maneira, tal favorecimento seria impossível se se crê na inseparabilidade destes vários aspectos.

A "mudança cultural" refere-se não ao que está ocorrendo na própria geografia cultural que, é claro, sempre esteve interessada pelo cultural, mas à abertura dos vários subcampos da geografia, como

a geografia econômica ou política e seus objetos de estudo, a uma maior consideração da especificidade cultural e histórica. Discutiremos abaixo que tal conceito não reificado de especificidade cultural é um conceito valioso, que introduz complexidade em conceitos de outro modo demasiadamente abstratos e universalizados, tais como "a economia" ou a "política". Ao lado desta "mudança cultural" em vários subcampos da geografia, pediríamos uma geografia cultural cada vez mais politizada, assim como mais completamente apoiada em processos sócio-econômicos e políticos determinados.

Segundo, Mitchell exige que os geógrafos (e antropólogos) especifiquem exatamente o que é a cultura; afirmando que eles unificam falsamente o que é, de fato, um conceito caótico. Declara que eles dizem que não há culturas singulares e que "diferença ou distinção não podem nunca estar localizadas apenas na continuidade de uma cultura ou tradição"(Clifford, 1988, citado em Mitchell, 1995). Depois ele passa desta citação para a declaração mais geral de que a idéia de cultura "permite-nos transformar diferenças em algo ordenado, mapeável e controlável"(ibid). Parece que, ao mesmo tempo que Mitchell acusa os geógrafos e outros de serem irrealistas sobre qual é exatamente seu objeto de estudo, ele quer também criticá-los por reificarem a cultura em entidades discretas, limitadas. Quando eles se recusam a fazê-lo, argumentando que a cultura é um processo fluido sem coerência interna ou limites, ele chama esta "falha" de um retrocesso infinito. Cultura pode parecer um conceito caótico, mas apenas reflete sistemas importantes fragmentados, altamente contestados, freqüentemente híbridos e sempre fluidos. Isto não é um problema, a não ser que o conceito

seja empregado como uma variável explanatória.

Mitchell não mostra exemplos de geógrafos culturais realmente reificando a cultura em suas análises empíricas. Por exemplo, ele faz citações de apenas um capítulo teórico de *The city as text*, no qual Duncan (1990) usa a definição de Raymond Williams (1982, citado em Mitchell, 1995) de cultura como "um sistema importante através do qual um sistema social é comunicado, reproduzido, experienciado e explorado". Duncan afirma que a cultura enquanto um sistema significativo está inextricavelmente articulada a sistemas econômicos e políticos; assim, ele reconhece sua especificidade (e história). Apesar do uso do termo "sistema" poder soar um tanto reificado, a tentativa foi de evitar naturalizar sistemas econômicos e políticos, abstraindo deles a especificidade. Duncan, por exemplo, distingue sistemas político-econômicos cingalêses dos vários sistemas político-econômicos europeus. Apesar destes "sistemas" serem interligados, não terem limites claramente fixados e não serem homogêneos ou estáveis, eles não deveriam ser vistos como completamente indistinguíveis um do outro ou como idênticos. Admitir a diferença cultural leva à ilusão de universalidade e ao perigo de opressão involuntária por intermédio do imperialismo cultural (Young, 1990). Poderíamos acrescentar aqui que é estranho que Mitchell ache a definição de cultura, enquanto um sistema significativo, de Raymond Williams tão diferente da definição de Zukin (1991) (que ele endossa) de cultura como "um sistema estruturado de representação de pessoas e coisas" (Mitchell, 1995). Este sistema estruturado, diz Mitchell, é "continuamente investido, tornado real através de processos de mediação"(ibid.).

Mitchell sugere que o conceito de cultura de Duncan refere-se a nada mais que a linguagem, apesar de admitir que a paisagem é citada como "um sistema importante através do qual uma ordem social é comunicada, reproduzida, experienciada e explorada."

A paisagem Kandiana do século XVIII era, é claro, um meio-ambiente muito material altamente simbólico. Era inteligível para os singalêses e para os que, como os tâmil, estavam familiarizados com a cultura cingalêsa, mas não era facilmente compreensível às pessoas em outras bases culturais, como os embaixadores europeus à corte Kandiana.

Os significados culturais interpenetram também os sistemas econômicos. Para os membros do campesinato Kandiano, o significado do trabalho tinha fortes componentes culturalmente específicos e a resistência a tal trabalho (*rajakariya* – trabalho devido ao rei) assumia formas cultural e historicamente específicas. O meio ambiente construído e práticas materiais como estas certamente não são redutíveis à linguagem, apesar de seus significados serem, em parte, oriundos de textos escritos; neste caso, textos sagrados.

Mitchell reivindica que, focalizando a atenção em uma política de interpretação baseada em formações discursivas locais competidoras (dizendo respeito a – e embutidos em – sistemas sociais, econômicos e políticos), Duncan não mais vê a cultura como estando apoiada na interação social. É difícil ver como ele possivelmente pode inferir isto. Aqui há um efetivo deslize que certamente teria sido evitado se ele tivesse se referido aos capítulos empíricos de *The city as text* que focalizam as interações sociais e políticas entre várias classes

oprimidas e dominantes. É estranho como o uso das palavras "texto" ou "discurso", não importa quão associadas estejam à vida material, parece levar algumas pessoas a pensar em que o autor, de algum modo, não está engajado em sólida análise social. Esta reação só pode ser explicada pelo fato de que tais leitores (Mitchell não está sozinho nisso) têm uma visão muito estreita, despolitizada e não material do conceito de texto.

Sugerimos que, em vez de focalizar a atenção exclusiva sobre as declarações teóricas dos geógrafos culturais, Mitchell recorra ao trabalho empírico deles para ver se podem ser encontrados exemplos de reificação. Achemos que ele encontrará precisamente exemplos do que propõe: "[um] enfoque [sobre] como a idéia de cultura funciona... para controlar e ordenar aspectos de um mundo indisciplinado (mas, não obstante, altamente estruturado)" (ibid).

Em *The city as text*, por exemplo, Mitchell encontrará o que ele sugere que uma geografia cultural crítica deveria fazer:

[ela] expõe o poder de classes dominantes, mas também leva em consideração a desmistificação de movimentos opsicionais. Estes movimentos inventam estratégias e táticas, transformam relações, produzem artefatos, literatura, música e economia alternativa (ibid)¹.

Mitchell também encontrará especificidade cultural e histórica em descrições de economias e sistemas políticos. Afirmaríamos que tal enfoque sobre especificidade cultural é importante para evitar referências abstratas à economia ou política *per se*.

Mais uma vez, o exemplo de "raça" para o qual Mitchell chama a atenção é útil em demonstrar a utilidade de um conceito não reificado de especificidade cultural. "Raças" não existem em termos biológicos, essencialista, na qual freqüentemente se pensa que existem. Entretanto, conceitos de raça são desenvolvidos em contextos culturais e históricos específicos para articular e legitimar práticas racistas culturalmente específicas. A idéia de "raças" distintas, como a idéia de culturas homogêneas, é uma categoria cultural que é muito real em seus efeitos.

Entre os muitos outros exemplos de como prestar muita atenção à especificidade cultural evita uma análise excessivamente abstrata, indicariamos o estudo de Nalani Hennayake (1994) sobre o conceito de desenvolvimento tal como foi considerado no Sri Lanka pós-colonial. Apesar de ser contestado (especialmente pela população minoritária tâmil) e ser certamente híbrido, surge um conceito de desenvolvimento baseado em princípios sociais e econômicos budistas singalêses. Este conceito de desenvolvimento, está em contraste claro com os modelos de desenvolvimento europeus e americanos que, muito freqüentemente, são vistos como culturalmente neutros e universalmente aplicáveis. O desdobramento deste conceito de desenvolvimento singalês tem conseqüências materiais (negativas e positivas) claramente identificáveis para a população do Sri Lanka.

Concordamos plenamente com Mitchell que uma agenda para a geografia cultural seria:

Compreender como grupos poderosos operacionalizaram historicamente a noção de cultura, examinando, por exemplo, como referências à cultura e às dife-

renças culturais (e sua valorização como atributos de povos) ajudam à colonização, à guerras 'étnicas', à produção de uma 'subclasse', nos permitindo começar verdadeiramente a ver 'geografias da cultura' (Gregory e Ley, 1988) – não como uma romantização de grupos oposicionais ou como um exercício na celebração da diversidade (conforme Price e Lewis, 1993), mas como processos sociais reais, práticas representacionais materiais (Said, 1993). (Mitchell, 1995).

Concordamos também que cultura é um conceito notoriamente escorregadio, difícil de definir, que os geógrafos culturais deveriam dar mais atenção ao problema de seu status ontológico e que sempre há perigo de reificá-la, dando-lhe poderes causais. Concordamos que, não dando mais atenção ao conceito de cultura e o que ele significa, os geógrafos culturais podem reforçar o culturalismo. Assim, endossamos o artigo de Mitchell (assim como o seu trabalho mais empírico (Mitchell, 1993a e 1994b) como uma contribuição valiosa à "nova geografia cultural", mas vemos este artigo em particular mais como uma elaboração e refinamento de idéias atuais que como uma crítica efetiva ao trabalho recente de geógrafos culturais, como Cosgrove, Duncan ou Jackson.

NOTAS

- 1 A resistência campesina ao programa de construção altamente explorador do rei Kandiano tomou a forma de clássicas "armas dos fracos", incluindo, principalmente, crítica velada através de poesia, canções e peças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUNCAN J. *The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- HENNAYAKE N. *Competing discourses of development in postcolonial Sri Lanka Unpubl. Dissertation*. New York: Syracuse University, 1994.
- MITCHELL D. Public housing in single-industry towns: changing landscapes of paternalism. In: DUNCAN J. and LEY D. (eds). *Place/culture/representation*. London: Routledge, 1993a, p. 110-27.
- _____. State intervention in landscape production: the wheatland riot and the California Commission of Immigration and Housing. *Antipode*, v. 25, p. 91-113, 1993b.
- _____. Landscape and surplus value: the making of the ordinary in Brentwood, California. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 12, p. 7-30, 1994.
- _____. There's no such thing as culture: towards a reconceptualization of the idea of culture in geography. *Transactions of the Institute of British Geographers* NS 20, p. 102-16, 1995.
- WALTON J. How realist can you get? *Professional Geographer*, v. 1, n. 47, p. 61-5, 1995.
- YOUNG I. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- ZUKIN S. *Landscapes of power: from Detroit to Disney World*. Berkeley: University of California Press, 1991.

